



Dario de Freitas

Estudantes protestam, na frente da Fiesp, contra a liberação das mensalidades escolares

# Liberdade vigiada pode acabar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Ministério da Educação poderá pedir ao presidente José Sarney a revogação do Decreto 95.720 — que liberou as mensalidades escolares — caso as escolas não apresentem, no próximo dia 23, o demonstrativo dos preços praticados em dezembro de 87 comparados aos preços atuais. O ministro Hugo Napoleão solicitou à Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) e aos sindicatos de escolas que expliquem, durante a reunião que terão com o MEC, os preços dos 35 mil colégios particulares do País. O diretor superintendente da Fenen, Bazzilli Anastassakis, disse que essa tarefa "é impossível e está totalmente fora de cogitação".

De acordo com alta fonte do Ministério da Educação, o MEC não aceita a ponderação da Fenen de que não há tempo de entregar os demonstrativos de preços até o dia 23. Segundo o MEC, os presidentes da Associação Brasileira de Mantedoras, Cândido Mendes, e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, padre Laércio

Moura, se dispuseram, numa reunião com o secretário-geral, Luiz Bandeira, na última terça-feira, a entregar as planilhas das faculdades e universidades particulares.

A alternativa para o decreto, no caso da revogação, seria a indexação dos preços com base nos valores praticados em dezembro, corrigidos a partir de então pela URP. Um novo critério definitivo para o reajuste das mensalidades só seria definido no final do primeiro semestre, informou um funcionário do ministério.

"Não estou entendendo. O MEC quer revocar o decreto antes mesmo que ele comece a vigorar de fato?", perguntou Bazzilli Anastassakis. "Se o MEC quer revogar o decreto, que o revogue então." Para ele, está havendo precipitação por parte do ministério.

De acordo com Anastassakis, num primeiro pedido, o MEC solicitou à Fenen que levasse um informe sobre a situação das mensalidades em cada um dos Estados. "Isso estamos providenciando", afirmou. Um detalhado quadro de preços das 35 mil escolas particulares, porém, está fora de cogitação. "Além de não haver tempo para isso, essa exigên-

cia fere o próprio espírito do Decreto nº 95.720", disse.

Para o superintendente, o decreto diz claramente que devem apresentar seus demonstrativos de preços e planilhas de custos apenas as escolas que receberam denúncias de abusos. "Agora estão legislando de maneira diferente?"

Anastassakis lembrou que a aplicação do decreto tem três fases. Na primeira, as escolas estabelecem seus preços. Em caso de abuso, os pais recorrem aos Conselhos Estaduais de Educação. A terceira etapa é o estudo das planilhas e a punição dos abusos. "A única coisa que aconteceu até agora foi a fixação dos preços", disse ele. De fato, foram poucos os recursos que chegaram aos Conselhos Estaduais. Em Brasília, apenas dois recursos foram encaminhados. O primeiro contra o segundo grau da Faculdade Católica de Brasília e o segundo, contra a Escola Caminho Feliz. O próprio MEC reconhece que os recursos foram poucos. Mas as denúncias através da imprensa têm sido muitas e estariam levando o ministro a mudar de idéia quanto à liberdade vigiada, disse a fonte do ministério.